

# Direita e esquerda já negociam presença do Estado na economia

BRASÍLIA — A extensão da presença do Estado na economia e o perfil das empresas a serem consideradas nacionais são as duas principais cartas do jogo de negociação iniciado ontem na Comissão de Ordem Econômica, entre o senador Severo Gomes (PMDB-SP), pela esquerda, e o deputado José Lins (PFL-CE), pela direita. Severo, relator, conversou 20 minutos com Lins, presidente, e ofereceu-se como defensor da redução do intervencionismo estatal, em troca da maior sensibilidade do grupo conservador para uma definição mais rigorosa de empresa nacional.

— Não posso negociar isso (o relatório antiestatizante votado na Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica) com o meu partido, sem ter gasto um mínimo de esforço na definição mais rigorosa de empresa nacional — disse Severo.

Sem dominar o assunto — que no grupo conservador tem ficado por conta dos ex-ministros deputado Delfim Neto (PDS-SP) e senador Roberto Campos (PDS-MS), Lins limitou-se a dizer que negociar por aí "pode ser difícil".

**Unidade** — O encontro foi o ponto de partida da estratégia que o senador Severo Gomes procura desenvolver para sensibilizar a maior parte dos constituintes de sua comissão — são 63 — para as teses progressistas, derrotadas em bloco na elaboração dos relatórios finais das subcomissões de Princípios Gerais, Reforma Agrária e Política Agrícola, e Questão Urbana e Transportes.

— Vou discutir os temas com o maior número de integrantes da comissão, e ver o que podemos negociar e em que ponto podemos avançar — disse o relator.

Um dos líderes conservadores na Subcomissão de Princípios Gerais, deputado Marcos Lima (PMDB-MG), calcula que o seu grupo — que ele não classifica como de direita, mas apenas como "um segmento de resistência ao autoritarismo do senador Mário Covas" — reúne 40 constituintes na comissão, 19 dos quais do PMDB. A soma inclui de 11 a 12 conservadores da Subcomissão de Reforma Agrária (a cifra depende da disposição do progressista Benedito Monteiro (PMDB-PA) de comparecer às reuniões); de 15 a 17 da Subcomissão de Princípios Gerais, e de 10 da Subcomissão de Questão Urbana, além do presidente José Lins.

Lima acha, porém, que a diversidade das questões da nova fase da Constituinte "talvez não possibilite mais uma votação em bloco, como ocorreu na subcomissão". O mesmo acha o senador Severo Gomes que, se não pretende procurar o grupo de 11 conservadores da Subcomissão de Reforma Agrária, para falar sobre política fundiária, pelo menos admite conversar com eles sobre a necessidade de ampliar o protecionismo à empresa nacional.

A reforma agrária, na verdade, pode encontrar adeptos justamente entre os conservadores da Subcomissão de Princípios Gerais, muitos deles empresários urbanos ansiosos pela expansão do universo de consumidores qualificados. "A partir desta etapa da Constituinte, é mais fácil haver unidade entre progressistas do que entre conservadores", conclui o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ). Mesmo assim, ele não aconselha "otimismo por parte da esquerda". O voto, para Luiz Salomão, talvez não seja suficiente, por exemplo, para restaurar o monopólio do Estado sobre o refino do petróleo.

— É uma questão que dependerá da pressão externa da sociedade e de grupos como o dos militares nacionalistas — afirma.

**Defesa do Estado** — Aproveitando o sábado passado com tudo o que os militares queriam, o anteprojeto da Subcomissão de Defesa do Estado poderá ser mantido na forma original pela Comissão de Organização Eleitoral, Garan-

tia das Instituições e Defesa do Estado, para onde foi encaminhado. Ali, nomes como Mário Covas (PMDB-SP), Antônio Brito (PMDB-RS), Nelson Friedrich (PMDB-PR) e José Genoíno (PT-SP) serão minoria diante do grupo onde se destacam Sadie Hauache (PFL-AM), Dasso Coimbra (PMDB-RJ), Marco Maciel (PFL-PE), Ottomar Pinto (PFL-RR) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), que farão tudo para impedir modificações.

A maioria da comissão trabalhará para que as emendas eventualmente aprovadas não ultrapassem em nada o que a Constituição do regime autoritário ainda em vigor dispõe sobre a segurança do Estado. "Na verdade, eles lutarão para que a nova Constituição retroceda no que a atual prevê sobre os assuntos militares", previu o senador Iram Saraiva (PMDB-GO), um dos que mais se batearam contra o anteprojeto do relator Ricardo Fiúza.

O próprio Fiúza admitiu que seu trabalho foi redigido com a colaboração de três coronéis do Exército e que recebeu uma parte do texto já pronta. O relator da comissão, deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), que afirma não ter pedido o cargo, já confidenciou a alguns parlamentares que está preocupado. "Eu pensava que o projeto do Fiúza refletia a maioria da subcomissão, mas não sabia que fora feito com a ajuda dos militares", disse.

Acotece que Prisco, e também o presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), não farão muito esforço para absorver as teses da esquerda, como a criação do Ministério da Defesa. "Na verdade, essa comissão já foi formada com esse objetivo — o de não mudar nada", acusou a deputada Lídice da Mata (PC do B-BA).

**Correlação** — Na Comissão da Organização do Estado os conservadores atingem quase dois terços, mas não defendem ideologias. Basicamente, suas lutas serão de interesse político-particular, ou seja, criação de novos estados, eleição direta para governador do Distrito Federal em 1988, autonomia ampla para os municípios.

A possibilidade de negociação nesta comissão é grande, porque aqueles que defendem eleição direta para governador do Distrito Federal — quase 50% da bancada de Brasília na Constituinte estão na comissão — contam com o voto dos poucos progressistas e negociam apoio de constituintes que defendem a criação de novos estados, como por exemplo os deputados Siqueira Campos (PDC-GO) e Davi Alves (PDS-MA) — o primeiro, idealizador do estado de Tocantins, que dividirá Goiás; o segundo quer a criação do Maranhão do Sul.

O relator José Richa (PMDB-PR) poderá fazer um relatório bastante avançado diante de propostas inovadoras, particularmente quanto à municipalização de serviços públicos; que não é um item polêmico. Os constituintes, de maneira geral, são favoráveis aos relatórios aprovados nas subcomissões, tanto assim que foram pouco alterados nas votações.

**Mulheres** — A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, cumpriu uma maratona de 10 horas no Congresso Nacional visitando líderes partidários, presidentes de comissões e parlamentares afinados com a causa das mulheres. O objetivo é descartar qualquer possibilidade de o aborto vir a figurar no texto constitucional. "Isso é assunto para a legislação ordinária", insistia Jacqueline a cada conversa.

Liderados pelos parlamentares evangélicos, os conservadores conseguiram incluir no relatório da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e no da Família artigos caracterizando o aborto como crime em qualquer circunstância, inclusive nos casos de estupro e de gravidez com ameaça a vida da gestante, sob o argumento de que a vida humana está protegida desde a concepção. Esses artigos os movimentos de mulheres querem derrubar do texto constitucional, para

que a questão "aborto" seja discutida pelo Congresso na forma de lei ordinária.

Nas conversas com os constituintes Jacqueline enfatizava que o tratamento dado pelas subcomissões ao aborto representa um retrocesso até mesmo em relação à atual Constituição, que permite a interrupção da gravidez nos casos de estupro ou em que haja ameaça à vida da mãe. Só um dos constituintes visitados por Jacqueline não manifestou solidariedade com a tese feminista: Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, que limitou-se a ouvir a argumentação da presidente do CNDM, entre bocejos e manifestações de impaciência. Mas chegou logo depois o deputado Vivaldo Barbosa, ex-secretário de Justiça do Rio de Janeiro, que assumiu pelo partido o compromisso com as teses das mulheres.

Boa acolhida Jacqueline recebeu nos gabinetes de Luís Ignácio Lula da Silva, líder do PT na Câmara, do senador Jamil Haddad, líder do PSB no Senado, dos deputados Arthur da Távola, relator da comissão da Família, da Educação, Cultura, Esporte, da Ciência e Tecnologia e Comunicação, e Mário Assad, presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que, embora manifestasse "muito apreço e respeito pelo trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher", estava aguardando a deputada Ruth Escobar, ex-presidenta do CNDB, e não Jacqueline, que já comemorou um ano na presidência.

**Vitória** — O crime de discriminação será inafiançável. Essa é a principal vitória dos movimentos de mulheres e das minorias em geral e que está garantido em artigos dos relatórios das subcomissões dos direitos e garantias individuais e das minorias. Duas comissões — Soberania e Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e a da Família, da Educação, Cultura, Esporte e da Ciência e Tecnologia e Comunicação — irão aprovar ou não essa nova disposição constitucional.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, atuando em nome dos conselhos estaduais de mulheres e grupos do movimento feminista, apresentou nove emendas constitucionais defendendo teses feministas. Conseguiram incluir nos relatórios propostas que dão à mulher plena igualdade no âmbito do poder, punem a violência doméstica do homem contra a mulher, ampliam a licença maternidade para 120 dias, contra os 90 garantidos atualmente, e garantem estabilidade no emprego até 180 dias depois do parto e determinação livre e soberana do casal sobre o número de filhos que desejar ter. O que pode barrar qualquer pretensão de controle de natalidade.

Contra esses "avanços" o movimento de mulheres engole hoje artigos como o que assegura a proteção à vida desde a concepção (ou seja, impede o aborto) ou afirma que a família só é constituída civilmente. E não conseguiu incluir na comissão da reforma agrária qualquer artigo relativo à questão da mulher e seus direitos enquanto trabalhadora rural.

Nesse segundo momento da Constituinte, a base do corpo-a-corpo, as mulheres vão lutar sobretudo para retirar qualquer referência à questão do aborto — contra ou a favor — do texto constitucional.

**Estratégia** — Um grupo de mulheres está marcando no Rio uma reunião na sede da OAB — dia 1º de junho, às sete da noite — para avaliar a estratégia a ser seguida em relação aos resultados obtidos até o momento na Constituinte. O grupo pretende colher assinaturas para apresentar duas emendas populares.

Numa primeira, seriam relacionadas várias proposições ligadas à família; na segunda, tratado o aborto, em separado, com a argumentação de que "a mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez até 90 dias do seu início, competindo ao Estado assegurar esse direito e prestar assistência integral à saúde da mulher nos hospitais da rede pública. Parágrafo primeiro: Serão respeitadas as convicções éticas e religiosas individuais".

## Pernambuco vai lutar por terra

BRASÍLIA — Pernambuco deu seu primeiro passo para retomar da Bahia 140 mil km<sup>2</sup> que lhe pertenceram até o século passado. A Subcomissão dos Estados da Constituinte terminou seu trabalho aprovando proposta de um plebiscito entre os eleitores baianos da margem esquerda do rio São Francisco, para definir se eles querem voltar a ser pernambucanos.

A proposta do deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE) recorda que toda essa imensa área de terra ideal para a agricultura foi transferida para a Bahia por D. Pedro I em 1827, em represália à revolta republicana conhecida como Confederação do Equador. A ideia do plebiscito terá que ser aprovada agora pela Comissão de Organização do Estado e depois passar pelo plenário da Constituinte.

O autor da proposta já comunicou a decisão ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, a todos os constituintes do estado e ao acadêmico Barbosa Lima Sobrinho — pernambucano que defende a volta das terras ao estado. De acordo com a proposta, os habitantes da antiga comarca do Rio São Francisco, como era conhecida a região na época do império, terão 150 dias a partir da aprovação final para se manifestarem em plebiscito.

Eufórico com essa primeira vitória, o deputado José Carlos Vasconcelos anuncia uma "mobilização total".

— Vencemos uma etapa. Outras importantes virão. É necessário que tenhamos o apoio do governador Miguel Arraes e dos constituintes para que essa etapa vitoriosa se consolide.



Sentado no lugar de Sarney e com Covas à esquerda, Ulysses recebeu os vice do PMDB

## Ulysses recebe Covas no gabinete de Sarney

BRASÍLIA — Na sua mais curta interinidade na Presidência da República — pouco mais de 10 horas — o deputado Ulysses Guimarães abriu as portas do Palácio do Planalto aos constituintes — recebeu fora da agenda os líderes Mário Covas e Luiz Henrique e os membros das mesas da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, além do Presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida.

Ulysses disse em entrevista que o presidencialismo no Brasil é "adulterado e imperial", mas considera ainda este o melhor sistema de governo para o país, "desde que o Congresso Nacional não fique acudilhado nem enfeudado no Poder Executivo".

Ele admite que existe na Constituinte a tendência pelo sistema misto de governo, o que considera "perigoso" para o país. "Nesse sistema atual, como existe na França e Portugal, o governo tem de prestar, de ser bom. Se ele estiver mal estruturado, uma crise de governo pode ser muito perigosa. Acredito que esta será a decisão mais grave que iremos adotar na Constituinte", afirmou.

**Visita** — Uma homenagem a Ulysses como presidente nacional do PMDB. Foi como o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, defi-

niu a visita que fez, às 16 horas, ao Palácio do Planalto, onde foi recebido por Ulysses. Foi a primeira vez que Covas esteve no Planalto desde que, na semana passada, o presidente Sarney determinou a anulação da nomeação de José Maria Monteiro para a superintendência da Receita Federal em São Paulo, indicado pelo senador.

Ao deixar o gabinete presidencial, Covas negou que a audiência tivesse sido um desagravo do partido à atitude tomada por Sarney contra ele por defender os quatro anos de mandato para o atual presidente da República.

"A visita ao deputado Ulysses Guimarães", disse Covas, muito sorridente "é uma homenagem a um companheiro de partido que se encontra no exercício da Presidência da República. Qualquer outra ilação é descabida. Se necessário, virei aqui para visitar também o presidente Sarney, a quem meu partido apóia".

A visita de Covas a Ulysses no Planalto começou a ser articulada na tarde de anteontem, durante a sessão da Constituinte. Na presidência dos trabalhos, Ulysses chamou o deputado Robson Marinho (PMDB/SP), vice-líder, e lhe pediu que levasse Covas às 15 horas de ontem ao Planalto. Robson consultou Covas, que concordou em ir ao palácio.

## Líder posa junto à rampa

Brasília — Luciano Andrade

Dentro do Palácio do Planalto, depois de afirmar que fora visitar o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, apenas por "cortesia" e em meio a declarações formais, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, respondeu a uma pergunta sobre a "definição" do mandato anunciada pelo presidente Sarney: "Definição? Não foi definido por parte da nação e por parte de quem cabe definir, a Constituinte." Covas, que posou para fotografias próximo à rampa do Palácio, por duas vezes, disse, ainda referindo-se ao presidente José Sarney: "Ele está aí governando com que tipo de apoio? Então, se vierem medidas econômicas, é lógico que se deva ouvir e discutir, antes, com quem apóia".

Repórteres e fotógrafos, há muito afastados do 3º andar do Palácio, por desejo do Presidente Sarney, voltaram a frequentá-lo, e mais: entraram, inclusive os repórteres, no gabinete do presidente, lá permanecendo por quatro minutos, chegando alguns a usar o elevador das autoridades.

Ao lado de Covas caminhavam quatro dos seus principais vice-líderes: Antônio Brito (RS), Paulo Macarini (SC), Robson Marinho (SP) e Antonio Perosa (SP).

Enquanto fotógrafos e cinegrafistas trabalhavam já no gabinete do presidente Sarney, Ulysses comentava com Covas que pela segunda vez, depois de eleito líder, ia ao Planalto e dizia: "A Cristina Tavares não está destituída, isso é questão resolvida".

Covas, que amanhã, em Porto Alegre, fala a 700 empresários do setor de vendas, dá entrevista de uma hora na RBS, maior rede de telecomunicações do sul do país, e encontra-se com o diretório do PMDB regional, descartado, à saída do Palácio, uma parada em Florianópolis para uma entrevista, dizendo: "Depois não vai ao ar".



Covas ficou satisfeito

## PMDB faz plano para orientar fim da transição

Numa primeira etapa, eliminar as arestas e as desconfinças existentes entre os principais nomes do PMDB, como o seu presidente nacional, deputado Ulysses Guimarães, e o líder na Constituinte, senador Mário Covas. Em seguida, unificar o partido para atuar na Constituinte e apresentar um plano de governo que faça o presidente José Sarney retomar a ofensiva política até o encerramento da transição.

Essa articulação está começando a ser desenvolvida por lideranças intermediárias do PMDB, depois de uma conversa, na noite de anteontem, entre o secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, o presidente do diretório regional da Bahia, deputado Genivaldo Correa, e o vice-líder na Constituinte, deputado Robson Marinho.

Robson deu o primeiro passo concreto para a reaproximação de Ulysses e Covas: a pedido do primeiro, aceitou uma visita de cortesia do senador ao deputado, na tarde de ontem, quando Ulysses estava no Palácio do Planalto, no exercício da Presidência. Durante o encontro, que contou com a presença dos vice-líderes Antônio Brito, Paulo Macarini, Robson Marinho e Antônio Perosa, um deles sugeriu que Ulysses e Covas deveriam voltar a conversar mais. A sugestão foi aceita.

## Planalto defenderá os 5 anos

Rosental Calmon Alves  
Correspondente

MONTEVIDÉU — O presidente José Sarney declarou, ontem, que não pode admitir que os dois maiores partidos do país não o apoiem em sua decisão de permanecer no cargo por um mandato de cinco anos e negou-se a comentar a hipótese sobre o impasse político que seria criado no país se a Constituinte decidisse aprovar um período diferente. Fontes da Presidência disseram, contudo, que o Planalto estudou os aspectos jurídicos da questão do mandato e está preparado para defender os cinco anos mesmo na "improvável" hipótese de uma decisão diferente por parte da Constituinte.

— Vou falar com base em fatos e não em hipóteses. Sou presidente de honra do PMDB e patrono da Frente Liberal. Os dois partidos reunidos têm dois terços da Assembleia Nacional Constituinte, de maneira que eu acho que uma decisão do presidente da República e do presidente de honra do partido majoritário e do segundo partido deve ser apoiada. Evidentemente essa maioria já apoiou a decisão do presidente — declarou Sarney, numa entrevista coletiva durante sua visita ao Uruguai.

Ele reivindicou ainda o fato de que tem sido leal aos dois partidos, "cumprindo com todos aqueles compromissos" assumidos através da Aliança Democrática, e completou:

— Não posso admitir que os partidos que me apoiaram não apoiem uma decisão que não é pessoal e nem visa ao poder, mas aos grandes interesses nacionais.

Assessores do presidente também consideram que o assunto está encerrado e que ele só foi para a televisão anunciar os cinco anos de mandato depois de consultar todos os governadores, os militares, as lideranças políticas e ver que tinha apoio suficiente. Apesar de não admitirem a possibilidade de uma reviravolta na Constituinte, que procure anular a decisão presidencial e impor um mandato diferente, eles explicam que o presidente tomou sua decisão calçado também em princípios jurídicos.

O raciocínio é de que a Constituinte foi instaurada por Sarney, presidente pela Constituição a ser substituída. Ambos teriam, assim, "a mesma legitimidade" e um desafio da constituinte criaria um impasse a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

## Moderados serão fiel da balança

A Constituinte entrou na curva que vai levá-la à reta final, na Comissão de Sistematização. A direita e a esquerda — grupos que lideram a corrida desde o início dos trabalhos — sabem que para vencer essa curva sem perder posições, e até avançar um pouco, vai ser preciso contar com a ajuda do grupo intermediário, onde estão os constituintes de centro. Agora, começa uma avaliação da nova correlação de forças que estabelece com a conjugação das 24 subcomissões em oito comissões temáticas.

A esquerda e a direita sabem onde avançaram demais e onde podem ou devem negociar. "Andamos muito para a direita" já admitiu o deputado Expedito Machado (PMDB/CE), um dos líderes do chamado grupo Centro Democrático do PMDB. A preocupação dos progressistas do PMDB e dos constituintes dos partidos de esquerda é com os pemedebistas que eles consideram democratas, mas que votaram com a direita e com os conservadores nas subcomissões. A

luta maior desse grupo vai ser no sentido de conquistar os pemedebistas que votaram contra a reforma agrária e se aliaram à direita na subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado.

A esquerda, embora sem admitir abertamente, tem algumas coisas a negociar. A estabilidade desde a administração do trabalhador e o fim do trabalho temporário podem entrar na lista de negociações, desde que a direita e os conservadores cedam nas questões da ordem econômica, como a definição mais fechada de empresa nacional, ou na questão do papel das Forças Armadas. Oito pemedebistas ajudaram os conservadores a definir empresa nacional simplesmente como aquela que tem sua administração no Brasil e foi constituída de acordo com as leis do país.

"Nosso inimigo não é o Carlos Sant'Anna, ou o pessoal do Centro Democrático", dizia nos corredores do Congresso um deputado da esquerda. "É preciso reconquistar esses constituintes para não perdermos no essencial." O certo é que a correlação de forças está mudada. Nas subcomissões, as posições eram mais maniqueístas. Agora, as posições se diluem mais e as negociações vão recomear. A direita e a esquerda vão buscar aliados no centro.

## O JORNAL DO BRASIL INFORMA:



Às 7:30  
A notícia num  
abrir e fechar  
de olhos.

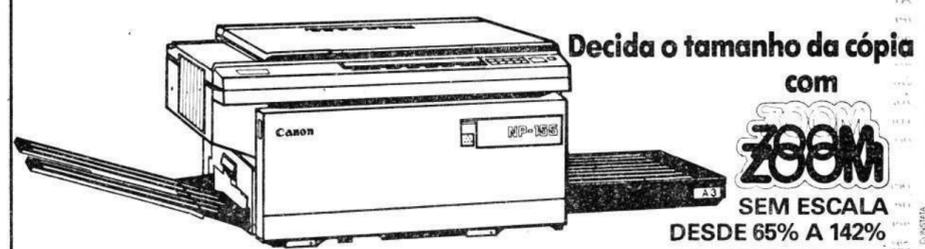
A qualquer hora do dia ou da noite, a Rádio Jornal do Brasil tem informações e notícias pra você.

Apoio Ford Brasil.



RADIO JORNAL DO BRASIL AM 940 KHz

## COPIADORA É Canon



Decida o tamanho da cópia com

zoom

SEM ESCALA  
DESDE 65% A 142%

Canon NP-155 Rápida e silenciosa. Cópia perfeita o tempo todo.

Garantia de qualidade Canon, com perfeita assistência técnica.

CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA.  
São Paulo - Rua Domingos de Moraes, 1576  
Tel.: 549-5099  
R. de Janeiro - Rua Pedro Américo, 117  
Tel.: 265-6544